MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE CONSELHO SUPERIOR

Reunião ordinária de 27 e 28 de agosto de 2014

Ata 06/2014

Nos dias vinte e sete e vinte e oito de agosto de dois mil e quatorze, no câmpus 1 Charqueadas, o Conselho Superior do IFSul realizou reunião ordinária sob a 2 presidência do Diretor Executivo da Reitoria, no exercício da Reitoria, prof. Flávio 3 Luis Barbosa Nunes e com a presença dos conselheiros e convidados a seguir 4 relacionados: Alexandre Pitol Boeira, Ana Maria Geller, André Capellão de 5 Paula, Bruno Silveira, Cleiton Xavier dos Santos, Dalvani Costa de Azevedo, 6 Daniel Delfini Ribeiro, Douglas Pinho de Ávila, Eduardo Martinelli Leal, Fábio 7 Lorenzi da Silva, Fernanda Pereira Teixeira de Mello, Janaína Marques Silva, José 8 Henrique Bassani, Josi Aparecida de Freitas, Júlio César Costa da Costa, Leandro 9 da Silva Camargo, Luciana Neves Loponte, Luis Afonso Tavares Alves da 10 Fonseca, Marcelo Leivas Lucena, Marcos Eli Silveira Echeverria, Maria Helena 11 Polgati Moreira, Marlene Katrein da Costa, Marlise Sozio Vitcel, Mauro Castro 12 Martin, Max Lindoberto Gonçalves, Miguel Ângelo Pereira Dinis, Milton Britto de 13 Almeida, Osni da Costa Rodrigues, Pablo Machado Mendes, Paulo Henrique 14 Asconavieta da Silva, Rafael Blank Leitzke, Renato Louzada Meireles, Ricardo 15 Castro Carrilho, Silvia Leticia Pereira de Pereira, Victor Aires Mendonça, Vitor 16 Gonçalves Dias, Marilvana Giacomelli Tavares, Ana Paula Nogueira e Silva, 17 Marcos André Betemps Vaz da Silva, Rafael Krolow Santos Silva, Miguel Arcanjo 18 Vidinha Baneiro, Mauro André Barbosa Cunha e Henrique Ziglia Maia. Dando 19 início à reunião, o presidente Flávio Nunes explicou os motivos do não 20 comparecimento do reitor e presidente do Conselho e passou a palavra à 21 Diretora-geral do câmpus Charqueadas, que deu as boas-vindas e convidou os 22 presentes para visitarem a MOCITEC. A seguir, deu posse a conselheiros e 23 colocou para apreciação as atas 03, 04 e 05/2014, que foram aprovadas, com o 24 pedido de inclusão, na linha 39 da ata 05, da expressão "durante a transição da 25 direção-geral", feito pelo conselheiro Osni Rodrigues, alteração esta que foi feita 26 manualmente no fim da referida ata, com a concordância do conselheiro. O 27 presidente Flávi Nunes pediu alteração na ordem da pauta e a inclusão de itens 28 não integrantes/da mesma, com o que houve concordância. O convidado Renato 29

Dilli prestou esclarecimentos sobre o uso de videoconferências e conferências WEB no IFSul. Disse que a videoconferência precisa de agendamento prévio pois necessita de consulta sobre disponibilidade de sala concentradora à RNP; qualquer câmpus pode utilizar, não havendo problema com o link; que o sistema de conferência WEB é de mais fácil utilização, pois que é agendado através da DTIC; que recebeu memorando do Ministério da Educação solicitando que a instituição indicasse a intenção desejada para salas de videoconferência para registro de preços e explicou as especificações do modelo indicado; disse que pediu uma sala para a reitoria e uma para cada câmpus; que o preço da versão mais completa é aproximadamente de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), havendo uma opção com custo aproximado de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), que representaria uma solução mais imediata. Respondendo à conselheira Ana Geller, disse que o custo é por conta da instituição. O conselheiro Miguel Dinis considera justificável o investimento tendo em vista reuniões breves que demandam deslocamento. O conselheiro Ricardo Carrilho perguntou se persiste o tempo limite de quatro horas, ao que o convidado Renato Dilli respondeu que sim, mas que ponto a ponto não há limite. Lembrou que, para funcionamento das videoconferências, há necessidade de corrigir problemas nas salas, como piso, mobiliário e acústica. A conselheira Ana Geller solicitou que a DTIC enviasse orientações sobre o modelo adequado de sala para todos os câmpus. Em continuidade, o convidado Guilherme Rostas prestou esclarecimentos sobre a documentação referente ao Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC). Informou que o início da entrega dos documentos será na próxima semana e que a avaliação será on line; informou que o candidato deve estar cadastrado na base de dados; que a Comissão Permanente do Pessoal Docente (CPPD) está em fase de conclusão de eleição; que a seguir irá se reunir para organizar seu funcionamento e treinar para recepção dos documentos dos colegas e encaminhamento à PROGEP; salientou que os docentes lotados na reitoria deverão entregar os documentos diretamente na PROGEP; que , se possível, serão priorizados os docentes que estão aguardando a aposentadoria. O conselheiro Alexandre Pitol perguntou quem controla o número de horas que excedem às 120 horas de trabalho, além das de dedicação exclusiva, tendo sido informado de que o próprio docente encaminha o número de horas que já tem; que a PROGEP também faz este acompanhamento. O auditor interno Henrique Maia disse que a Controladoria Geral da União (CGU) faz o acompanhamento da folha de pagamento em tempo integral. O presidente Flávio Nunes disse que o IFSul

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

incentivou a inscrição de servidores no banco de avaliadores e que deve haver esforço no sentido de que todas as avaliações sejam feitas este ano, evitando prejuízo aos que ficarem para depois, que irão cair nos precatórios. Respondendo a questionamentos dos conselheiros, o convidado Guilherme Rostas explicou que o próprio docente digitaliza os dados, que os documentos serão autenticados pelo setor de Gestão de Pessoas; que as categorias existem nas três situações e que podem ser transpostas de uma categoria para outra. O conselheiro Milton Almeida manifestou sua preocupação sobre o máximo de 120 horas na rubrica cursos/concursos. Foi informado que, de acordo com a Lei 12.772, avaliadores de outra instituição não contabilizariam neste limite e que, além do limite, só com autorização do reitor. O presidente Flávio Nunes solicitou que fosse encaminhado à PROGEP pedido de esclarecimentos sobre o limite, se só para cursos /concursos ou também para outras instituições. Enfatizou a importância de os professores participarem da CPPD. O momento seguinte tratou da homologação do resultado da votação para diretor-geral do câmpus Pelotas-Visconde da Graça. O conselheiro e presidente da Comissão Eleitoral Central (COE), Ricardo Carrilho, leu a ata da eleição. A seguir, o conselheiro Osni Rodrigues questionou se houve participação no pleito de servidores sem ter nome constante na lista de votação, ao que foi respondido que sim, tanto de servidores quanto de alunos. O conselheiro Osni Rodrigues leu o art. 23, §§ 2° e 3° do art. 32, o art. 33 e o § do art. 35 do Regulamento das Eleições e perguntou qual a base jurídica para tal. O presidente da COE explicou que devido ao fechamento da folha de pagamento no período da eleição, o sistema não permite puxar outras listas e na tirada para votação ainda não constava o nome do servidor, mas que já havia portaria de lotação do mesmo no câmpus, com data anterior à eleição. O conselheiro Osni Rodrigues solicitou encaminhamento à PROJUR sobre o tratamento a ser dado na questão. O presidente da COE disse que o Regulamento para eleição de diretores-gerais de 2012, adotado como base para todos os câmpus, já havia passado pela apreciação da PROJUR e garantia o voto a todos os servidores lotados e alunos matriculados. A conselheira Ana Geller ratificou que no art. 17 do referido regulamento está assegurado o dirgito de voto a todos os servidores lotados no câmpus e que portarias de lotação emitidas pelo IFSul são documentos legais. Foi definido o encaminhamento de consulta à PROJUR, no sentido de que não existam dúvidas nos próximos processos eleitorais. Com uma abstenção, o nome do servidor Álvard Luiz Carvalho Nebel foi/homologado. Q presidente Flávio Nunes cumprimentou o

M 99

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

novo diretor-geral pela vitória. O conselheiro Júlio Costa transmitiu a mensagem do diretor eleito, explicou as razões de seu não comparecimento à reunião e falou sobre todo o processo. O conselheiro também agradeceu, em seu nome, o apoio recebido e disse que a vitória representou a certeza da integridade das pessoas. O presidente da COE agradeceu a todos os câmpus, servidores e setores que colaboraram para que o processo ocorresse de forma tranquila, de modo especial à gráfica do câmpus Pelotas e ao câmpus Camaquã. O convidado Jair Araújo apresentou e comentou o Plano de Desenvolvimento Institucional, salientando todos os procedimentos já realizados, inclusive a significativa participação dos alunos no site disponibilizado. O convidado Mauro Cunha mencionou a necessidade de um planejamento mais realista; disse que os câmpus devem reunir as comissões para aprofundar os estudos, analisando a oferta e procura de cursos, o que vai ajudar a definir o papel do seu corpo docente. Em relação à meta 2.14, foi sugerido seu desmembramento em duas metas específicas: artísticas/culturais e esportivas. Colocado em votação, o desmembramento venceu por maioria. Em relação aos eventos referentes à referida meta, foram feitas duas propostas: de manter dois eventos para cada um dos segmentos ou de garantir a realização de, no mínimo, um evento para cada segmento. A segunda proposta venceu por maioria, com três abstenções. Após ampla discussão dos demais itens do plano e correção de algumas inconsistências, ficou definido que os dados referentes à oferta de vagas para 2015/2 serão consolidados em abril de 2015. Colocado em votação, o PDI foi aprovado por maioria, com a abstenção do conselheiro Osni Rodrigues, que justificou seu voto no formulário próprio e aqui transcrito: "abstensão em virtude da discussão no campus ter ocorrido durante período de adesão dos servidores ao movimento de greve deflagrado pelo SINASEFE nacional, não possibilitando, desta forma, uma ampla discussão com toda a comunidade (sic)". O assunto a seguir foi a alteração do artigo 159 do Regimento Geral do IFSul. O conselheiro Rafael Leitzke pediu a prorrogação do prazo para fechar todos os segmentos. Foi proposta a data de 15 de dezembro de 2014 como data limite para fechamento do Regimento e, posta em votação, a data foi aprovada por unanimidade. A cobrança de taxa de rematricula fora de prazo foi debatida a seguir. O conselheiro Rafael Leitzke falou da dificuldade do câmpus Pelotas em fazer rematrículas e sugeriu que fosse utilizado o\mesmo sistema das multas da biblioteca. O convidado Rafael Silva lembrou que, havendo aprovação da proposta, devem ser observados alguns aspectos, como a necessidade de alterarjo texto do art. 167 da Organização Didatica

N/W

* K

100

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

121

122

123

124

125

126

127

128

129

130

131

132

133

134

P

D X

e observar o regramento geral, pois todos os setores dos câmpus devem agir da mesma forma; também acha prudente consultar a PROJUR sobre a legalidade da cobrança. A conselheira Fernanda Mello sugeriu alternativa educativa, com investimento em informação. O conselheiro Miguel Dinis falou das diferentes realidades dos câmpus, sugerindo cobrança opcional. O conselheiro Osni Rodrigues manifestou-se contrário à cobrança, salientando que a função do IFSul é educativa e não punitiva e propôs que as ações buscando os alunos partissem dos Registros Acadêmicos. O conselheiro Vitor Dias manifestou-se favorável à cobrança, considerando-a pedagógica e não punitiva. O conselheiro José Bassani salientou a necessidade de disciplinar os alunos, favorecidos pela impunidade e sugeriu um sistema automático de rematrícula para os aprovados. O conselheiro Milton Almeida disse que deve haver alteração no art. 167, pois o mesmo não está sendo cumprido. O conselheiro Renato Meireles disse não ser favorável à cobrança, mas à obediência à Organização Didática, porque se estabeleceu um processo permissivo. Após discussões, foi sugerido que a PROEN capitaneasse um trabalho junto aos chefes dos Departamentos de Ensino para buscar nova proposta a ser apresentada na próxima reunião do Conselho. A proposta foi aprovada por maioria. Em continuidade, foi abordada a revisão e atualização do regulamento de qualificação docente. O conselheiro Milton Almeida falou sobre a mudança de condições que correm a cada semestre, a necessidade do cumprimento de estágio probatório, sobre ter havido, na última seleção, muitos para mestrado e poucos para doutorado. O convidado Marcos Betemps explicou que o regulamento vigente esclarece critério para ranqueamento: 2/3 para mestrado e 1/3 para doutorado; que o problema ocorreu em função de haver mais candidatos a afastamento do que vagas para substituto. Disse que a comissão criada para tratar do assunto trabalhou em conjunto com PROEX e PROPESP para dar maior transparência ao processo e que a nova minuta contempla itens que não apenas a produção. A conselheira Fernanda Mello disse que a comissão estabeleceu metodologias para critérios de participação da comunidade, que a proposta não deve sair pronta da comissão, mas ser apresentada aos câmpus e posteriormente fechada em conjunto; que o regulamento devé fazer equalização justa por períodos, favorecendo ora mestrado, ora doutorado; que devem ser feitas reuniões com participação da CPPD, conselheiros dos dâmpus e comunidade. O conselheiro Ricardo Carrilho perguntou se o estágio probatório é interrompido, tendo a convidada Ana Silva informado que a avaliação é suspensa. O presidente Flávio Nunes lembrou que a próxima seleção

M;

135

136

137

138

139

140

141

142

143

144

145

146

147

148

149

150

151

152

153

154

155

156

157

158

159

160

161

162

163

164

165

166

167

168

169

A X CAN

será em novembro/dezembro e que o regramento deve estar pronto antes desta data, defendendo uma pré-proposta a ser apresentada na reunião de outubro. A conselheira Ana Geller disse que a pré-minuta já está pronta e que os trabalhos foram suspensos para priorizar o PDI. O presidente Flávio Nunes solicitou a aceleração dos trabalhos; lembrou que na próxima semana haverá a composição na nova CPPD e sugeriu que a conselheira Fernanda Mello contatasse a CPPD, solicitando que esta auxiliasse na discussão nos câmpus e propusesse um calendário de trabalho; ratificou que o edital deve sair antes da reunião de dezembro. Após ampla discussão, ficou definido o estabelecimento de calendário para discutir o regulamento durante o mês de setembro, trazendo-o em outubro para fechamento. O presidente Flávio Nunes salientou que os diretores-gerais devem garantir a discussão na comunidade. O conselheiro Ricardo Carrilho falou sobre as próximas eleições gerais da instituição. Disse considerar pequeno o prazo de trabalho das COE, o que facilita a fragilidade do processo e propôs a criação de grupo de trabalho dentro do CONSUP para discutir o assunto, inclusive se a COE central continuaria ad eternum e mencionou que o regulamento atual deve ser aprimorado. O presidente Flávio Nunes reconheceu a importância de profissionalização do processo eleitoral no IFSul e colocou em votação a proposta da comissão com participação de cinco conselheiros e exigência de quórum de três, que foi aprovada por maioria. Procedeu-se a escolha dos participantes, tendo se disponibilizado para a composição do grupo de trabalho os conselheiros Alexandre Pitol Boeira, Fernanda Pereira Teixeira de Mello, Marlise Sozio Vitcel, Osni da Costa Rodrigues e Ricardo Castro Carrilho. O auditor interno Henrique Maia lembrou que é atribuição do Conselho aprovar regulamentos e que, portanto, não deve ser responsável por construir regras das quais será o órgão recursal. À vista da situação, foi aprovada por maioria a manutenção do grupo de trabalho, com cinco participantes, independente de paridade por segmento, cujo caráter será apenas informativo, visando facilitar os processos eleitorais e evitando que inconsistências permaneçam. Houve uma abstenção. Ficou definida, também, a participação do Auditor Interno po referido grupo de trabalho. Dando continuidade à pauta, foram submetidas à apreciação as portarias ad referendum n.ºs 1498, 1785, 1786, 2002, 2004, 2083, 2155, 2156, 2160 e 2189/2014. Em relação às portarias 1785 e 1786, o conselheiro Osni Rodrigues perguntou se não haveria sombreamento, pois já há polos vinculados ao CaVG. O convidado Rafael Silva explicou que já foram feitas as alterações no PDI e que as portarias citadas têm validade apenas até a aprovação

(A)

204

170

171

172

173

174

175

176

177

178

179

180

181

182

183

184

185

186

187

188

189

190

191

192

193

194

195

196

197

198

199

200

201

202

203

 \mathcal{X}^{\prime}

De 6



De As

do PDI; que o Profuncionário tem matrículas por câmpus porque a área de atuação obedece a determinado limite de distância; informou que os programas ficam disponibilizados na página da PROEN e dos câmpus. Não havendo mais destaques, todas as portarias foram aprovadas. A seguir, o convidado Marcos Betemps apresentou a Especialização em Ensino de Ciências, do câmpus Camaquã e a Especialização em Química Ambiental, do câmpus Pelotas. Em relação a esta, explicou que, se aprovada, deverá retornar ao câmpus Pelotas para inclusão das disciplinas. Informou que, a partir de agora, as especializações serão cadastradas no e-MEC, pois o MEC vai verificá-las. O conselheiro Osni Rodrigues questionou se o câmpus Camaquã oferece curso superior e o porquê da especialização. A conselheira Ana Geller disse que existe corpo docente qualificado e atendendo a devida carga horária e que visa atender as necessidades da comunidade e da região. Os dois cursos foram aprovados por unanimidade. Apresentando as modificações no regulamento da revista Thema, o convidado Marcos Betemps explicou que se referem à redução do prazo do mandato do Conselho, o que dará melhor qualificação para a revista. As alterações foram aprovadas por unanimidade. O convidado Rafael Silva apresentou o Regulamento das Bibliotecas; explicou que na avaliação do IFSul um dos pontos que mais contam é a regulamentação aprovada pelo CONSUP, na parte de infraestrutura, que deve estar publicada no site. O conselheiro Paulo Asconavieta disse que os anexos do câmpus Santana do Livramento não foram incluídos porque, na época da elaboração do regulamento, o câmpus não tinha biblioteca, mas que gostaria de ser contemplado. Foram citadas algumas situações problemáticas, como a incoerência que impede pessoas que trabalham na instituição de retirarem livros; o fato de emprestar bem patrimoniado para terceirizados/comunidade externa; a diferença entre alunos evadidos e terceirizados, o descompasso entre artigos e anexos do regulamento. O convidado Mauro Cunha lembrou que o regulamento de bibliotecas não pode definir o que é comunidade externa; que cabe ao estatuto. Após amplas discussões foi proposta a volta do regulamento à comissão que, com a participação de todos os câmpus, inclusive os que ainda não têm biblioteca e respeitando o artigo 33, para o qual a PROJUR já emitiu parecer, devem fazer um trabalho de aperfeiçoamento. A proposta foi aprovada por unanimidade. Continuando, foram submetidos à apreciação o calendário do câmpus

Pelotas-Visconde da Graça, aprovado; o pedido de vacância do conselheiro titular das Entidades Patronais, José Luiz Martins Costa Kessler, que foi aceito; a

238

205

206

207

208

209

210

211

212

213

214

215

216

217

218

219

220

221

222

223

224

225

226

227

228

229

230

231

232

233

234

235

236

237

K Ju (



8 8 13

alteração na estrutura organizacional do IFSul, aprovada. O item Alteração do 240 Regimento Interno do câmpus Pelotas foi retirado, a pedido do conselheiro Rafael 241 Leitzke. Nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada e eu, Stela Marina 242 Nunes de Castro, digitei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada 243 pelos presentes. 244